

**ACTA N.º 5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 14 de Dezembro de 2007**

Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Leitura, discussão e votação da acta da 4ª sessão ordinária.**

**2 – Expediente para conhecimento.**

**3 – Período antes da ordem do dia**

**4 – Período da ordem do dia**

**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**4.2 – Proposta de Documentos Previsionais para o ano económico de 2008 – Opções do Plano, Plano de Actividades Municipais, Plano Plurianual de Investimentos e proposta de Orçamento da Despesa e da Receita.**

**4.3 - Alteração da Tabela de Taxas e Licenças.**

**4.4 - Proposta de extinção da empresa municipal, Barrosana, Administração e Gestão do Património do Município, EM, titular do NIPC 505 032 538.**

**4.5 – Águas Trás-os-Montes e Alto Douro / Relatório e Contas do ano económico de 2006.**

**5 – Período após a ordem do dia**

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 55 membros. Não compareceram à chamada os deputados Guilhermina Costa, Olímpia Vinhas, Domingos Vasconcelos, Nuno Pereira, Carla Rodrigues, Teixeira Gomes, Sandra Carvalho, Alexandra Antunes, João Soares,

Paulo Cruz, Duarte Calhelha, Deolinda Silva, Luís Carril, Pedro Giesteira, João Rua, António Dias e João Fecheira.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Manuel Carvalho, Nuno Pereira, António dos Santos, José Ferrage, Armando Duarte, Ricardo Moura e João Fecheira.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Nuno Justo, Alexandra Antunes e Pedro Giesteira.

Devido à ausência do 2º Secretário, o Presidente da Assembleia designou, de forma "ad hoc", para completar a constituição da Mesa a deputada Maria de Fátima da Silva Crespo.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

### **1 – Leitura, discussão e votação da acta da 4ª sessão ordinária.**

A acta da sessão ordinária do dia vinte e oito de Setembro de 2007 foi posta à consideração, tendo o deputado Luís Pereira feito alguns reparos.

O deputado Luís Pereira disse que na página 6 da acta anterior, na sua intervenção, onde se lê "a água de Salto está em condições, mas tem uma cor acastanhada" deve ler-se " a água de Salto não está em condições e tem uma cor acastanhada".

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

### **2 - Expediente para conhecimento**

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Pereira, António Ferreira, Acácio Gonçalves, Fernando Calvão, Ricardo Moura, Acácio Moura, Joaquim Pires, João Surreira, Fátima Crespo e Manuel Duarte.

O deputado Luís Pereira disse que a freguesia de Salto já há muito tempo que não é contemplada com os trabalhos da máquina MAN da Câmara e pergunta porquê.

O deputado António Ferreira deu os parabéns à Câmara porque finalmente não se vêem cães vadios nas ruas da Vila.

Disse ainda que, na sinalização rodoviária da vila de Montalegre, se encontram algumas anomalias como por exemplo, quem for na estrada 308 e quiser virar para a Rua dos Bombeiros, sem transgredir as regras de trânsito, tem que ir contornar a Rotunda do Valdoso e isso não se justifica.

Disse que toda a gente ficou chateada com o lugar da Bento da Cruz no ranking das escolas, mas os mais chateados foram aqueles que trabalham lá.

Referiu que as escolas que ficaram em 1º lugar foram escolas privadas de Coimbra e do Porto, porque quem tem dinheiro inscreve os filhos em privadas, em explicações e assim conseguem melhores resultados.

Disse que este ano houve uma diminuição das faltas dos professores em cerca de 80% e há uma boa fornada de alunos e por isso os resultados devem com certeza melhorar.

O deputado Acácio Gonçalves disse que vê a Câmara impávida e serena relativamente à intervenção da ASAE, no que diz respeito ao facto dos estabelecimentos comerciais terem ou não licença de utilização. A Câmara de Boticas resolveu facilmente o problema, pegando nas licenças antigas e renovando-as automaticamente.

Realçou que parece que não é só a ASAE que anda a fazer esse trabalho. A GNR local também fechou um café em Codeçoso da Venda Nova e o Presidente da Câmara tem culpa pois despachou o auto. Disse ainda que o dito café é de proprietários do CDS e tem 3 ou 4 contra ordenações. Codeçoso ficou mais pobre pois nas aldeias as tascas são tão, ou mais, importantes quanto a igreja, pois é lá que se esclarecem muitas coisas.

Disse que se a Câmara não toma providencias daqui a pouco tempo nada vai haver nas aldeias.

Concluiu que a Câmara de Chaves está a ser passiva com essas atitudes.

O deputado Fernando Calvão falou sobre as câmaras de vigilância distribuídas por certos locais da vila de Montalegre e perguntou quem tem acesso às gravações e se as entidades responsáveis foram questionadas, pois pode estar a falar-se de violação de privacidade.

Falou sobre o regime de aluguer do pavilhão desportivo pois alguém lhe disse que foi usufruir daqueles serviços, no acto do pagamento pediu recibo da pagamento e esse direito foi-lhe negado.

O deputado Ricardo Moura disse que há muitos anos atrás conseguiu unir todos os membros da Assembleia Municipal num jantar de Natal, mas este ano o Senhor Presidente da Câmara antecipou-se, convidando todos os presentes para um almoço de Natal. Lamentou que nem toda a gente aceitasse o convite pois só todos unidos é que se consegue um melhor futuro para Montalegre.

Falou sobre a campanha feita pela Câmara para divulgar o cozido à Barrosã e as batatas de Barroso e disse que era uma boa medida. É preciso que os restaurantes a aproveitem.

Disse que foi o Padre Avelino da Mota que ensinou os Barrosões a trabalhar a batata e pensa que era uma altura bonita para se homenagear esse homem, colocando o seu nome na toponímia de Montalegre.

O deputado Acácio Moura falou sobre os transportes escolares pois o autocarro que transporta as crianças do lado do Rio deixa as crianças em Covelães e elas atravessam a estrada sem cuidados nenhuns. Pede que a Câmara veja se pode haver alguma intervenção nesse sentido.

Congratulou a Câmara pela campanha que fez do cozido e das batatas, mas diz que não cabe só à Câmara esse esforço, mas também aos restaurantes, porque ainda num fim-de-semana passado veio gente de longe e não havia cozido nos restaurantes. As pessoas vêm e não voltam pois desiludem-se.

O deputado Joaquim Pires falou do ranking das escolas secundárias e da escola Bento da Cruz que não ficou numa posição muito agradável, pedindo uma informação sobre o assunto ao Presidente do Conselho Executivo presente.

Disse ainda que essa situação da Bento da Cruz não é boa e isso talvez seja um veículo de migração do nosso concelho e isso tem que ser contrariado.

Falou ainda que no Centro de Saúde de Salto o único médico existente partiu uma perna e, neste momento, Salto está sem médico. Disse que foi proposto ao Director do Centro de Saúde de Montalegre que os seis médicos de Montalegre fizessem o desdobramento em Salto, mas a proposta não foi aceite. Disse que esta situação já foi comunicada a quem de direito, mas o problema continua por resolver.

O deputado João Surreira disse que o Presidente da Assembleia está mal informado quanto ao número de crianças que saíram da Escola Bento da Cruz. Apenas saíram 4 alunos pelo facto de não existir a vertente de línguas e literaturas.

Em relação ao ranking, lamentou que só quando a escola fica mal classificada é que este assunto venha a público, pois quando a Bento da Cruz ficou nos primeiros lugares, ninguém falou sobre o assunto. Quando a actual Vereadora era professora de Português, a escola atingiu o 3º lugar a nível nacional nessa disciplina, por isso Montalegre está no bom caminho.

Embora isso tenha a ver com a escola, disse que o ranking tem a ver com o desempenho dos alunos pois uns anos saem excelentes fornadas de alunos e outros anos não. Mas a escola tentou fazer uma análise e diagnosticar o que correu mal, pois se a escola tem um corpo docente estável e boas condições físicas, e os novos programas é que podem ter causado alguns problemas. Programas esses que influenciam muito as escolas pequenas sendo muito difícil gerir as turmas.

Finalmente, garantiu que estão atentos e que este ano garante melhores resultados.

A deputada Fátima Crespo disse que em Vilar de Perdizes já se deram dois acidentes de viação por falta de sinalização, pois as pessoas conduzem à vontade, sem regras.

O deputado Manuel Duarte apresentou o seguinte voto de pesar: " Foi a sepultar o Sr. Carlos Alberto Barroso Machado.

Homem bom, de 55 anos, pai de 4 filhos.

Foi membro desta assembleia municipal, durante algum tempo. Foi ainda Presidente da Junta da Freguesia de Pondras, pelo menos durante dois mandatos.

Dignificou de forma exemplar, pelo seu procedimento, o poder autárquico, por isso em meu nome pessoal e da minha bancada, proponho um voto de pesar.  
Assinado, Manuel Pereira Duarte, 14 de Dezembro de 2007”

A Vereadora Fátima Fernandes, o Senhor Presidente da Câmara, o Dr. Nuno Vaz e o Vice- Presidente Orlando Alves responderam a todos os interpelantes.

A Vereadora disse que a classificação da Bento da Cruz no ranking das escolas deixou toda a gente triste e preocupada, mas não se pode dramatizar, pois se as médias dos exames, entre a média nacional e a média da escola, forem feitas, não há uma discrepância assim tão grande. Na sua opinião, o problema residiu na discrepância entre as notas de frequência e as notas do exame. A escola diagnosticou o problema e procurou soluções como inscrever os alunos para exames intercalares, propôs mais aulas de apoio e a criação de salas de estudo.

Disse ainda que a reforma maior que tem que se fazer em casa. Os alunos têm que aprender em casa. Os pais têm que obrigar os seus filhos a estudar.

Disse ainda que não é justo que se falem só dos maus resultados da escola pois dos bons resultados ninguém fala deles. Há discrepância em física e matemática pois já é uma tradição e os pais também não ajudam a colmatar esse problema.

Disse que as medidas tomadas pela escola vão ter os seus frutos, mas com a ajuda imprescindível dos pais.

A escola vai fazer exames intercalares, mais aulas de apoio e mais salas de estudo. A escola pouco mais pode fazer, se os alunos e os pais não ajudarem.

O Presidente da Câmara lembrou aos Presidentes da Junta para que entregassem a documentação que lhes foi solicitada anteriormente por carta.

Informou que as receitas do IMI rústico começaram a ser distribuídas pelas freguesias e disse que se os Presidentes da Junta tiverem dificuldades em declarar a receita podem pedir ajuda aos técnicos da Câmara que eles podem ajudar.

Pediu colaboração para que se denunciem os prédios clandestinos para que todos paguem IMI de forma a diminuir a injustiça. Informou que está a ser feita uma base de dados para que se saiba quem paga e quem não paga, em cada aldeia.

Pediu para que denunciem quem espalha o lixo e que coloquem o ferro velho em locais discretos para evitar o impacto ambiental, que a Câmara recolhe permanentemente.

Sobre a EDP, disse que a Câmara paga 300 mil euros de luz pública. Disse que há dificuldade de comunicação entre a Câmara e a EDP pois estes ligam as luzes quando não devem e isso depois vem na factura. Pediu para os Presidentes da Junta colaborassem e prestassem a informação à Câmara quando houverem luzes acesas sem necessidade.

Sobre o médico de Salto, pede que o Presidente da Junta de Salto deixe cópia das medidas que tomou relativamente a este assunto. Disse que sabe que há uma possibilidade prática, mas há falta de colaboração. Disse que sabe que o Dr. Fecha fez serviço extraordinário há dois anos e que ainda não recebeu nada por isso, mas isso não é motivo para não se resolver a situação que pode ter a colaboração e minimização dos problemas a nível local.

Sobre a pintura da estrada 308, disse que pensa que já está resolvido. Houve enganos que estão a ser reparados.

Sobre as licenças de utilização, disse que esse assunto vai ser analisado para que se encontre a melhor solução, mas a lei é para ser cumprida. Disse que é injusto acusar a GNR de falta de isenção. As leis são para todos e quem as deve defender são os autarcas. Essa acusação é injusta, pois não é verdadeira. Sobre isso a GNR e as autoridades merecem toda a confiança. Fica mal esse tipo de vitimização.

Sobre o caso pessoal do café de Codeçoso, disse que a história não está bem contada e que todos os autos trazidos pela GNR ou outra autoridade são sujeitos a penalização.

Disse que não devemos ter medo das câmaras de vigilância porque estas são para nos defender e para encontrar os vândalos e que as mesmas estão em processo de legalização. Não estão em funcionamento.

Sobre o aluguer do pavilhão, disse que os recibos não foram negados, foram adiados pelo facto de haver dúvidas sobre o regime do IVA.

Sobre a gastronomia e a batata, disse que é uma boa iniciativa para mais uma promoção do concelho, mas se os restaurantes não aproveitam a culpa já não é da Câmara.

Disse que ia verificar o que realmente se passa com os transportes escolares e se houver necessidade de intervenções, irão ser feitas.

Disse que o tema do ranking das escolas foi bem colocado na Assembleia, pois este assunto abana toda a gente: a escola, os pais e os alunos. Disse que ninguém está satisfeito e que há um grande esforço a fazer, pois a escola tem como obrigação promover o sucesso dos alunos. Mas a escola pública tem os seus problemas. Estão lá todos os problemas da sociedade. E a escola pública não escolhe os bons alunos nem discrimina os pobres. É igual para todos. E isso trás problemas à escola e aos professores. Daí que tenham que se tenham de pedir mais responsabilidades aos pais que devem preparar os seus filhos em sentido de trabalho e de exigência. Claro que os professores não estão isentos, mas há cada vez mais exigências do Ministério, e bem, sobre a escola.

Disse que estes resultados vão servir para encontrar feridas e sará-las, a começar pelos professores. O abanão dado pelo Governo às escolas é feito no bom sentido.

Sobre a sinalização de Vilar de Perdizes, disse que esta não faz sentido, pois esta aldeia não tem tráfego que a justifique e que a falta de civismo é um factor de grande relevância.

Finalmente mostrou uma página de um jornal e disse que esperava que o PSD trouxesse à Assembleia outras questões, pois quem publica uma notícia destas teria muito a dizer. Deveria pelo menos pedir aqui alguns esclarecimentos. Mas não fizeram porque a sua intenção é lançar lama e mentiras. Isso só tem a classificação de canalhada, porque se fosse gente a sério era de gente reles

que se chamava. A atitude normal a tomar, se a Câmara cometesse ilegalidades, era pedir esclarecimentos pois o Presidente da Câmara tem a obrigação de os prestar. Mas não é de estranhar. A oposição faz isso frequentemente, lança suspeitas, mentiras e até denúncias anónimas e relembrou que a denúncia de obras, a denúncia de empresários, a denúncia da pista e isso vem do tempo do Dr. Pires com a campanha contra a compra de um camião e a sabotagem que fizeram e o dito por não dito para acusar a Câmara de fazer actas falsas. A ilusão de que o Fernando Rodrigues perca o mandato continua a persegui-los. Os panfletos distribuídos antes das eleições é puro vandalismo e cobardia. É terrorismo.

O Dr. Nuno Vaz disse que o regulamento e as tarifas foram afixadas provisoriamente pois está-se a estudar qual o melhor enquadramento relativamente ao IVA e se os pagamentos terão que ser feitos na tesouraria da Câmara ou não. Disse ainda que o livro de recibos já está a ser impresso.

O Vice- Presidente, Orlando Alves disse que as regras são para ser cumpridas, mas que toda a gente sabe que, por vezes, quem faz as leis nunca veio às aldeias de Montalegre.

Disse que em 1997 os alvarás dos estabelecimentos comerciais caíram por defeito. Em Junho de 2007 é publicado um decreto-lei que permite, à Câmara, ajudar a ter mais flexibilidade. Este decreto-lei vai ajudar a simplificar o processo de licenciamento das obras. Futuramente, os muitos requisitos podem vir a ser dispensados com base nalgumas condições impostas na lei.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado Fernando Calvão.

O deputado Fernando Calvão solidarizou-se com o voto de pesar apresentado pelo deputado Manuel Duarte.

Sobre o ferro velho, disse que deveria haver contentores e não concorda com o Presidente da Câmara quando este diz que o lixo deve ser colocado em locais escondidos.

Sobre a notícia do jornal, disse que não é de vandalismo que se trata, mas sim de democracia. Disse que, antes do PSD publicar a notícia, o Presidente da Câmara foi avisado que iria haver uma investigação.

Disse que não gosta como o Presidente da Câmara fala do único jornal da oposição e acusou-o de não cumprir com a lei da distribuição de publicidade para todos os jornais.

Sobre as câmaras de vigilância, disse que lhe parece que o Presidente da Câmara quer controlar tudo e todos e que este não respondeu à sua questão, de quem é que tem acesso às gravações.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a preocupação de invasão de privacidade é uma questão sem sentido. Disse ainda que o deputado Fernando Calvão pode estar sossegado pois a videovigilância cumprirá a lei para nossa segurança e defesa do património público. E a simulação de câmara, às vezes, é dissuasora do vandalismo

Sobre os grandes contentores, disse que estes são um mau exemplo e que noutros concelhos também vão acabar com eles, pois, se a Câmara faz recolhas permanentes, não fazem grande sentido. Quando pediu que colocassem o ferro velho em locais discretos, não foi com o intuito de dizer que iria ficar aí escondido. A Câmara faz recolha permanente. É porque fica mais bonito e temos que ter brio e orgulho de sermos dos concelhos mais limpos.

Sobre o jornal da oposição, disse que os partidos devem ter é responsabilidade cívica, pois se o Presidente da Câmara cometeu ilegalidades, não podem transformar isso num segredo. Tem que se ter coragem para denunciar e não lançar apenas a dúvida, pois não há liberdade para enchovalhar as pessoas. Isso é próprio de gente que não é séria, dos fracos e dos inúteis. Isso é terrorismo.

Finalizou a sua intervenção dizendo que nenhum jornal sobrevive com a publicidade da Câmara e é ilegal que a Câmara financie órgãos partidários, como é o caso do jornal a que se refere porque nos seus editoriais já apareceu mais vezes essa confirmação.

#### **4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Não houve intervenções.

**4.2 – Proposta de Documentos Previsionais para o ano económico de 2008 – Opções do Plano, Plano de Actividades Municipais, Plano Plurianual de Investimentos e proposta de Orçamento da Despesa e da Receita.**

Inscreveram-se para intervir os deputados António Ferreira, Fernando Calvão, Acácio Gonçalves, Ricardo Moura, Francisco Surreira e Joaquim Pires.

O deputado António Ferreira disse que o trabalho e empenho da autarquia deve continuar.

Disse que recebeu com agrado a provável iniciação das obras dos centros Escolares.

Apoia, reforça e dá os parabéns à Câmara pela iniciativa da construção de mais dois lares de 3ª idade e ainda pela Unidade de Cuidados Continuados pois o concelho está envelhecido e os idosos precisam muito de ajuda.

Sobre as promoções turísticas, disse que lhe chegou aos ouvidos que se vai realizar em Montalegre o Campeonato do Mundo de Orientação, o que é muito bom.

Sobre o aproveitamento dos recursos cinegéticos, disse que não tem dúvida que a UTAD tem excelentes técnicos, mas há caçadores que não entendem isso e podem reclamar que pagam as taxas e não há caça.

Relembrou que em anteriores mandatos, o PSD reclamava os saneamentos, mas finalmente o plano 2008 contempla vários.

Disse que este plano o surpreende pela positiva e espera que o PSD, pelo menos, dê o benefício da dúvida a quem governa o futuro de Montalegre.

O deputado Fernando Calvão falou da possível queda da Feira da Vitela e disse que em nada se admira que esta caia pois a política de financiamento desse evento não é a mais correcta. Se é de uma feira que se trata, não se justifica que a carne seja vendida ao mesmo preço que nos talhos. Pensa que deveria haver uma prova e convidar os restaurantes a participar.

Em relação à Quinta da Veiga, disse que o seu futuro é omissivo e que não vê nenhuma central de biomassa prevista.

Disse que não vê no plano duas estradas fundamentais: a estrada de Solveira a Sarraquinhos e a estrada de Lamas a Paradela.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento: " Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Exma. Mesa, Senhores Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras: o presente orçamento encontra-se demasiado empolado e é, bastante despesista (a despesa corrente prevista apresenta em 2008, 11.360.500,00, mais 10,5% que a despesa corrente 10281.908,00 de 2007, enquanto a despesa de capital em 2008 – 11.629.500,00 e inferior 27,90% a 2007 – 16.128.092), alheando-se o plano de actividades das necessidades sociais dos jovens sem futuro nesta terra e da terceira idade cada vez mais desprotegida.

Verifica-se que o endividamento municipal de 2007 para 2008 aumentou 7,39% em empréstimos bancários, sendo actualmente de 9.970.409,02€, tendo igualmente acompanhado o endividamento no sistema de leasing em 116,06% com o valor actual de 469.975,00€. É de salientar que consta no plano "empréstimos a médio longo prazo" 480.000,00€ que adicionando as dívidas a fornecedores que em Maio rondavam os 4.000.000€ terá de ser repensada a política de endividamento.

Sendo as Grandes Opções do Plano de Actividades de um Município apresentadas num horizonte de quatro anos, constata-se que a dotação inicial do Plano Plurianual de Investimentos no concelho é inferior 43,86% em 2008 (10.525.500,00€), que em 2007 (15.142.092,00€), parecendo-nos que alguma decisão que tivesse sido tomada neste PPI como instrumento de gestão não teria sido a mais apropriada com os compromissos assumidos. Neste plano existem variações pouco racionais a nível de gestão que por não dispormos de elementos contabilísticos apenas focaremos aqueles com diminuições substanciais de 2007 para 2008 (-4,89 de saneamento; - 64,18% de água; - 193% de protecção do meio ambiente; -9,9% na cultura; -117% na rede viária e sinalização e -94,5% no comércio e turismo).

O controlo de gestão implica que haja relatórios sectoriais municipais que por sua vez dariam origem a informação mais detalhada aos partidos com representação nesta Assembleia Municipal que sejam realistas e não artificiais

sob pena de o processo de orçamento se tornar uma acção perfeitamente desperdiçada e pior, servir um exercício de hipocrisia, onde se vão tapando buracos do plano através de caminhos manipuladores e esquemas artificiais do "puxa a manta" a fim de cumprirem promessas eleitorais de ocasião.

Sabemos que existem sempre desenvolvimentos inesperados no exercício municipal que não podendo ser previstos quando da elaboração orçamental no entanto terão, como é óbvio, de ser regularizados mas com ponderação a fim de se evitar que os orçamentos se tornem demasiado flexíveis.

Queremos que o município não desperdice dinheiros públicos no supérfluo quando mesmo orçamentados, pois que, a obra previsivelmente era necessária se tornou secundária por algum outro motivo, sob pena de se tornar ineficaz nos seus objectivos; cito título de exemplo a remodelação da rede de abastecimento de águas à aldeia de Cepeda, freguesia de Serraquinhos em que foram despendidas verbas orçamentais para o efeito, no entanto torna-se uma obra sem aproveitamento substancial visto que a rede de abastecimento anteriormente colocada e depois de reparada as ruas vão novamente ser destruídas para colocar saneamento.

Outro exemplo de desperdícios orçamentais das tais obras de ocasião, é a reparação da canalização do Matadouro Regional que o Município não deveria ter feito por se tratar de obra substancial e ter entrado em concorrência desleal com empresas da área que pelo que ouvi até tinham feito orçamentos, concorrência essa que o Decreto- Lei 18/2003 de 11 de Junho no seu 13º artigo foca.

Montalegre, 14 de Dezembro de 2007, assinado, Acácio da Silva Gonçalves".

O deputado Ricardo Moura disse que este orçamento é o que mais lhe agradou desde há 30 anos pois o saneamento de Padornelos vai, finalmente, ser feito. Mas só acredita quando as obras começarem.

Disse que ele foi o primeiro autarca a reivindicar esse direito para Padornelos. Em 1975, enquanto membro desta assembleia, trouxe um levantamento da aldeia para ser feito o saneamento.

Deu os parabéns à Câmara pelo rigor do Plano e pelo Presidente ter cumprido tudo aquilo que prometeu. Relembrou que ainda lhe falta cumprir a promessa da EDP, mas acredita que não está esquecida.

Disse que só não vota favoravelmente este plano quem não tem cabeça. Muitas obras estão feitas e outras continuam-se a fazer. Temos que ter em conta que é preciso haver contenção e rigidez no orçamento.

Relembrou que está uma obra principiada na estrada de Sendim a Padornelos, que ainda não foi acabada e que se deve acabar pois está a degradar-se muito.

Disse que a oposição deve existir e faz falta para que se possa exigir mais e não para dizer mal. Isso faz com que se ande para trás e quando uma Câmara, como a de Montalegre, recebe a notícia de que vai receber mais 500 mil euros, é sinal de que a gestão não é assim tão má como dizem.

Disse que é de louvar as pessoas que falam directamente, pois quem fala directamente não mente e não trai.

Finalmente disse que, como Barrosões, se deve votar favoravelmente a favor desta gestão.

O deputado Francisco Surreira disse que tem dúvidas acerca do subsídio da sanidade animal. Perguntou se os 200 mil euros dados pela Câmara aos agricultores, foram todos transferidos ou há algum crédito. Pediu esclarecimento pelo facto de nalguns documentos aparecer o valor de 200 mil euros e noutros documentos aparecem 250 mil euros.

O deputado Joaquim Pires perguntou se os novos lares vão ser independentes ou ampliações dos existentes.

Falou sobre a caça e disse que já muito dinheiro foi investido, mas que os resultados são pouco visíveis.

Disse que a Câmara deve continuar a pressionar o Governo pois se este Governo perde as eleições, Montalegre fica novamente sem este problema resolvido. Não há garantias nenhuma e nesta altura já deveria haver um projecto realista.

O Senhor Presidente da Câmara falou sobre os centros escolares e disse que, enquanto outros concelhos ainda estão a fazer projectos. Montalegre já está a fazer concurso para se iniciarem as obras.

Sobre os lares da terceira idade, disse que independentemente de haver financiamentos ou não, a Câmara vai assegurar as obras pois há bastantes garantidas num acordo de colaboração com a Segurança Social de Vila Real e a Santa Casa da Misericórdia e a Associação Borda d'Água para financiar não só a obra, mas o seu financiamento.

Sobre o Campeonato Mundial de Orientação, disse que não é em 2008, mas sim em 2009 ou 2010. Montalegre apresentou candidatura para a realização desse evento à semelhança de outros municípios. Se Montalegre ganhar vai gastar-se muito dinheiro, mas o concelho vai receber mais de 1000 pessoas durante 15 dias.

Disse que os saneamentos não vão ser de graça. Estão a ser negociados com as Águas de Portugal, mas, numa primeira fase, só irão ser feitos os prioritários. Espera que na 2ª fase sejam todos contemplados.

Sobre a Feira da Vitela, disse que não tem preconceitos em acabar com ela e seria tacanhez não perceber que o modelo tem que ser remodelado. Os talhos foram convidados para participarem, mas não aceitaram. Agradeceu as opiniões do Dr. Calvão, mas por vezes é muito difícil por as ideias em práticas. Se esta morreu, é o ciclo natural da vida. Nasceu a Sexta-feira 13 que, por vontade do PSD, não se fazia. Foi preciso arrojo e coragem, pois se não se apostasse nestes eventos, o que seria do concelho em termos turísticos.

Sobre a biomassa, disse que o Alto Tâmega tem uma central. Estas centrais são muito caras e só se podem fazer se houver ligação à rede. Montalegre não tem biomassa suficiente para uma central, nem ligação à rede.

Agradece que apresentem uma listagem de caminhos e estradas que se deveriam fazer, mas avisa que a Câmara tem estradas prioritárias: a EN103, a ligação à A24 por Solveira e a manutenção da rede viária principal, de que se destaca a estrada do rio.

Disse que se o CDS quer uma sociedade mais justa não pode pedir que a despesa social baixe. Quando não se prova o despesismo é porque se tem um discurso fracassado. Quem pede contenção e pede que seja atribuído um

subsídio ao casamento, sem objectivo, nada muda. Podem ser simpáticas estas sugestões, mas são essencialmente demagógicas.

Sobre a dívida, disse que a lei é cumprida e que a Câmara de Montalegre não está na lista negra das câmaras devedoras. Disse que o leasing é pago em três anos, pelo que não deve assustar ninguém. E porque esses leasings são de máquinas que fazem muito trabalho. Relativamente aos fundos comunitários, disse que estes estão descritos nos documentos entregues à assembleia e apresentados nas várias rubricas, coisa que o deputado Acácio não viu, nem ouviu.

Disse que Cepeda não vai ter saneamento neste momento. E os trabalhos não se podem fazer só no Verão, porque aí também há pó, as festas e também porque as obras são aborrecidas.

Disse que todos os matadouros do país estão na falência e se o matadouro do Barracão funciona é porque tem à sua frente o Eng<sup>o</sup> Justo.

Relativamente ao saneamento de Padornelos, disse que este só começa quando tiver os contratos dos ramais pagos.

Disse que a Lei das Finanças Locais não é assim tão má pois não era esperado o aumento de 500 mil euros para a Câmara de Montalegre.

Sobre a transferência de 200 mil euros para a Cooperativa, disse que se chegou ao valor de 200 mil euros, porque se calcularam o número de cabeças de gado e as despesas com a ADS. A diferença dos 50 mil euros, nos documentos, prende-se com o atraso que a Câmara teve no pagamento de três meses, havendo três meses que a Cooperativa não recebeu porque não apresentou as declarações de não dívida à Segurança Social e às Finanças. Disse que os lavradores é que devem esclarecer as contas na Cooperativa, porque a Câmara paga o que sempre pagou. E que também não gosta de ouvir dizer que os funcionários não recebem porque a Câmara não paga, porque isso não é verdade.

Disse que se vai avançar com a criação de dois lares e se a Câmara tiver que pagar. É um serviço necessário e cria emprego. Vai-se avançar com dois projectos, para Montalegre e para Salto, pois não há hipótese de alargamento dos lares existentes. Em Montalegre vai ser feito ao lado do Centro Escolar e o de Salto ainda não está definido.

Sobre a caça, disse que há muito investimento, mas o problema da caça não se resolve de imediato. Há gente entendida a estudar a melhor solução. A caça é para quem pode e tem que se reformular a estratégia para que Montalegre seja uma zona de referência.

Disse que se a EN103 for só para servir os interesses de Montalegre, não vai haver estrada. Montalegre tem que ter aliados de forma a unir forças. Disse que o troço do distrito de Vila Real tem o projecto garantido para 2008, esperando ajuda do Governo para o restante troço.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não concorda com o que o Presidente da Câmara disse, pois quando falou dos apoios sociais às famílias referia-se a incentivos e como a Câmara incentiva o matadouro, que tem os dias contados, também podia incentivar as famílias.

Quanto ao leasing, disse que é uma dívida e dela não se pode fugir, sendo o endividamento exagerado.

Sobre a EN103, disse que foi uma promessa eleitoral do PS e ainda não está cumprida.

Sobre a ligação de Montalegre à rede de auto-estradas, disse que fica mais próxima pelo Barracão do que por Solveira. Disse ainda que pela ordem natural das coisas, rectificava-se a estrada do Barracão ao Alto Fontão pois é um projecto espectacular.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não percebia o facto do deputado Acácio Gonçalves dizer que não considera o apoio que sugeriu às famílias de despesismo. Disse que acha isso demagogia pura. Relativamente à educação, disse que não há concelho que faça mais e melhor do que o Concelho de Montalegre. Não se dão livros a crianças que não têm necessidades. Há quem goste de folclore e não tenha onde gastar o dinheiro, mas a Câmara de Montalegre tem.

Falou sobre a estrada de Vilar de Perdizes e disse que não se podem confundir as coisas. Esta estrada foi para servir a vila e Vilar de Perdizes. A estrada para a A24 tem outras funções e tem que se encontrar o melhor projecto de forma a termos um acesso rápido e dentro dos preços aceitáveis.

Disse que a Câmara tem como prioridade a ligação à A24 por Solveira e a EN103. Disse que são promessas e que continua a trabalhar por elas. Mas Montalegre também não se pode vitimizar em excesso, está a 20 minutos da auto-estrada e só quem não conhece a realidade do país é que faz demagogia disto. O isolamento, às vezes, está na cabeça, é psicológico, e esse é que é difícil de vencer.

**Deliberação:** a proposta foi aprovada por maioria com sete abstenções.

#### **4. 3 - Alteração da Tabela de Taxas e Licenças.**

Inscreveu-se para intervir o deputado Francisco Surreira.

O deputado Francisco Surreira agradeceu o presente de Natal oferecido pela Câmara às famílias de Montalegre, quando aumentou as taxas relativas ao cemitério. Disse que o que estava em causa não era o preço, mas sim o facto de à pouco tempo uma sepultura custar 250 Euros e a exumação era gratuita.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não são moldes de se dirigir à Assembleia sobre um assunto sério como este pois todos os presentes lhe merecem respeito e seriedade.

**Deliberação:** a proposta foi aprovada por maioria com um voto contra e seis abstenções.

#### **4.4 - Proposta de extinção da empresa municipal, Barrosana, Administração e Gestão do Património do Município, EM, titular do NIPC 505 032 538.**

Não houve intervenções.

**Deliberação:** a proposta foi aprovada por unanimidade.

#### **4.5 – Águas Trás-os-Montes e Alto Douro / Relatório e Contas do ano económico de 2006.**

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **5 – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

**O Presidente da Assembleia**

---

**O 1º Secretário**

---

**O 2º Secretário**

---